LEI MUNICIPAL Nº 1.117/2009 DE 04 DE MAIO DE 2009.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL POR TEMPO DETERMINADO RECURSOS HUMANOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA ATENDIMENTO DE CONVÊNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

O PREFEITO DE FAXINALZINHO, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, **faz saber**, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a contratar, em regime emergencial, a contar de 1º de maio de 2009, pelo prazo de quatro (04) meses, 01 (um) vigilante ambiental em saúde e 01 (um) vigilante sanitário, para exercer atividades na Secretaria Municipal de Saúde. As atribuições dos referidos cargos, constam do anexo I, que fica fazendo parte integrante do presente, como se aqui estivesse transcritas.

Parágrafo Único – Fica definido como caráter emergencial, para os efeitos desta Lei, a necessidade inadiável de execução de atividades de controle e vigilância, sendo que aberto concurso público para provimento do referido cargo, não houve qualquer candidato aprovado.

Art. 2º - A contratação de que trata o artigo 1º já foi precedida de processo seletivo coordenado pela 11ª Delegacia Regional de Saúde, no momento do primeiro contrato.

Parágrafo Único: Fica exceptuada a aplicação do disposto no Art. 282 e 283, da Lei Municipal nº 367/94, bem como a aplicação da Lei Municipal nº 868/2005, de 29 de abril de 2005, considerando o disposto no Art. 3º, podendo ser contratados os servidores que já estejam prestando os referidos serviços.

Art. 3º - A contratação será regida pelo regime jurídico estatutário, com a seguinte remuneração e carga horária:

- Vigilante sanitário: R\$ 420,00 (Quatrocentos reais), acrescidos de abono salarial, concedido pela Lei Municipal nº 1095/2009, de 16 de fevereiro de 2009, e adicional de insalubridade (20%), com carga horária de 40 horas semanais;

- Vigilante ambiental em saúde: R\$ 420,00 (Quatrocentos e vinte reais), acrescidos de abono salarial, concedido pela Lei Municipal nº 1095/2009, e adicional de insalubridade (20%), com carga horária de 40 horas semanais;

Art.4º - Havendo desistência de candidato, será contratado em seu lugar o candidato imediatamente classificado.

Art. 5º- As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art 6º -Revogadas às disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE FAXINALZINHO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E NOVE.

IRINEU BERTANI
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em 04 de maio de 2009.

ANA MARIA TORRES RETTMANN
Sec. de Administração